

## Negras paisagens: (in)visibilidade afrodescendente na Laguna (SC)

Thiago Juliano Sayão<sup>1</sup>

**Resumo:** Este texto questiona a (in)visibilidade dos afrodescendentes em Laguna, tomando como referência a Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Considero as aparições daquele templo, nas fotografias de paisagem, como algo que nos punge a pensar experiências, memórias e histórias ressonantes da escravização africana e do racismo. As fotos, em que aparece a Igreja do Rosário, são compreendidas como testemunhos do protagonismo dos afrodescendentes em uma cidade litorânea do Sul do Brasil, e, ao mesmo tempo, reveladoras do processo de ocultamento, nos textos dos memorialistas locais, dos africanos e seus descendentes, sejam na condição de escravizados, livres ou libertos.

**Palavras-chave:** Visibilidade; Fotografia; Igreja Nossa Senhora do Rosário; Afrodescendente; Laguna.

## Dark Landscapes: Afrodescendant Visibility and Invisibility in Laguna (SC)

**Abstract:** This text questions the visibility and invisibility of Afrodescent in Laguna, taking as reference the church of *Nossa Senhora do Rosário*. I consider the apparitions of that temple, in landscape photographs, as something that prompt us to think about experiences, memories and resonant stories of African slavery and racism. The photos, in which appears the church of *Rosário*, are understood as evidence of the role of Afrodescendant in a seaside town from Southern of Brazil and, at the same time, revealing the hiding process, in the texts of the locations memorialists, of Africans and their descendants, either in the enslaved condition, free or freed.

**Keywords:** Visibility; Photograph; Igreja Nossa Senhora do Rosário; Afro descendant; Laguna.

Um detalhe conquista toda minha leitura; trata-se de uma mutação viva de meu interesse, de uma fulguração. Pela marca de alguma coisa, a foto não é mais qualquer. Esse alguma coisa deu um estalo, provocou em mim um pequeno abalo, um *satori*, a passagem de um vazio.

(Roland Barthes)

Cada coisa a ver, por mais exposta, por mais neutra de aparência que seja, torna-se inelutável quando uma perda a suporta, e desse ponto nos olha, nos concerne, nos persegue.

(Didi-Huberman)

Neste artigo problematizarei a (in)visibilidade dos afrodescendentes em Laguna (SC), tomando como referência a presença da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos na paisagem fotográfica da cidade na primeira metade do século XX. Nas fotos, o templo aparece como um prédio acinzentado que fincava os alicerces no Morro do Rosário. Tomarei as aparições fotográficas, daquele templo, como algo que nos punge e incita a pensar experiências, memórias e histórias ressonantes da escravização africana e do racismo. As fotos da Igreja do Rosário são raros testemunhos do protagonismo dos afrodescendentes, por isso, reveladoras do processo de ocultamento, na historiografia local, de africanos e seus descendentes.

A noção de visualidade está relacionada com o conceito de cultura visual. (MENESES, 2003). Segundo Paulo Knauss: “Pode-se caracterizar uma definição abrangente, que aproxima o conceito de cultura visual da diversidade do mundo das imagens, das representações visuais, dos processos de visualização e de modelos de visualidade”. (2006, p. 112). A visualidade deve ser compreendida, portanto, como um constructo histórico, uma maneira de ver o mundo que se refere diretamente à cultura do espectador. A formação da visualidade da Laguna relaciona-se com as representações da cidade produzidas ao longo do tempo. Nesse sentido, a hipótese da (in)visibilidade da Igreja do Rosário deve ser considerada na relação com as narrativas da história local, que deixam de referenciá-la devidamente na paisagem, ocultando, conseqüentemente, as experiências dos sujeitos envolvidos com a *Confraria dos Pretos* e com os múltiplos territórios do meio urbano. A Igreja do Rosário e os afrodescendentes foram excluídos dos discursos oficiais e conservadores que tratam das origens históricas, e heroicas, de formação da cidade.

Santo Antônio dos Anjos da Laguna (1682) está entre as povoações mais antigas de Santa Catarina, junto com São Francisco do Sul (1658) e Nossa Senhora do Desterro (1662). A vila da Laguna serviu de porto de aguada e abastecimento de alimentos e madeira durante as primeiras décadas da colonização portuguesa na América meridional. Os vicentistas utilizaram a mão de obra indígena e africana desde sua fundação. A colonização e povoamento no litoral catarinense, na última metade do século XVIII, contou com um grande

afluxo de escravos, junto com a chegada de aproximadamente seis mil imigrantes açorianos e madeirenses.

A maior parte da mão de obra escravizada trabalhava na “lavoura”. Na província da Laguna as propriedades rurais tinham, em média, entre dois e dez escravos. Na cidade eles exerciam diversas atividades: eram trabalhadores domésticos, cozinheiros e ambulantes, mas também podiam ser artesãos que confeccionavam vestimentas ou trabalhavam na construção das edificações.

A economia do município de Laguna baseava-se na produção agrícola em pequena escala e na pesca. Dentre os gêneros alimentícios exportados estavam: farinha de mandioca, peixe salgado, milho, arroz, fava, cebola e feijão. A cidade contava, ainda, com uma dezena de fábricas que produziam: cordas, cerveja, sabão, velas, fogos de artifício, malas, baús, objetos de folhas de flandres, vinagre, tonéis e sapatos. Os produtos eram enviados para portos no Brasil e Europa (ARAÚJO, 1948).

Nas fotografias da Laguna, do final do século XIX e começo do XX, podemos redescobrir essa cidade distante no tempo, com seus vivos casarios em estilo eclético, seu porto carvoeiro pujante, conectado por uma ferrovia, além da sociabilidade nas ruas e vielas. Porém, o que nos causou surpresa e estranhamento não estava na movimentação social ou na arquitetura de uma pequena cidade portuária do sul do Brasil e sim, na aparição, inusitada e imponente, da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos.

Escravizados autorizados pelos senhores, afrodescendentes livres e libertos, provavelmente residentes na cidade, fundaram a *Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos*. Não se sabe ao certo a data de fundação da associação, provavelmente, antes de 1828, pois nessa data ela adquiriu o terreno no morro em que ergueu sua igreja<sup>2</sup>. As obras para a construção do templo do Rosário teriam iniciado em 1845. Em seu interior foram construídos altares para a Irmandade do Rosário e a de Nossa Senhora do Parto. Possivelmente, a primeira constituída por pretos e a segunda, por pardos. Também é provável que, como aconteceu na Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Florianópolis, o altar da Irmandade de N. S. do Parto tenha sido hospedada no templo do Rosário da Laguna.

No relatório do padre Agostinho José Mendes dos Reis, encontramos uma das primeiras referências à Irmandade do Rosário dos Pretos. Em visita à vila da Laguna, em 1811, o sacerdote teve contato com o compromisso daquela confraria, aprovado por

autorização régia<sup>3</sup>. Infelizmente, o documento conferido pelo visitador continua desaparecido, assim como as atas de reuniões.

Segundo a memorialista Nail Ulysséa, a Irmandade do Rosário era formada por “pretos da África, a maior parte escravos e poucos libertos”. (1976, p. 182). Entre os pretos da África estavam os africanos, chamados “da costa”, e os “crioulos”, afrodescendentes nascidos no Brasil. Naquela irmandade se cultivavam rituais católicos, mas também cerimônias afro-brasileiras, como a coroação de reis e rainhas em festas culturalmente híbridas.

Esta irmandade teve a sua época áurea no tempo da escravidão. Fazia a festa da Padroeira, de grande fama, em cuja festa se podia sentir em todo o ritual, o sabor das coisas africanas. Nela figurava um rei e uma rainha, com respectivos vassallos, todos escravos, vestidos de cores espalhafatosas. O rei, vestido a caráter, com coroa à cabeça e a rainha de cabeça enfeitada com extravagância e tudo com cores berrantes. Com estas vestimentas grotescas, vinham à igreja, assistiam à missa e à procissão. Acabada a parte religiosa, entregavam-se a danças trazidas da África, que duravam até altas horas da noite. O rei da primeira festa realizada em 1836, foi o preto forro Francisco Vaga e a primeira rainha foi Josefa, escrava de José Lourenço. Esta primeira festa foi oficiada pelo vigário Francisco Vilela, que, em 1839, foi morto pelos farrapos. (ULYSSÉA, 1976, p.182)

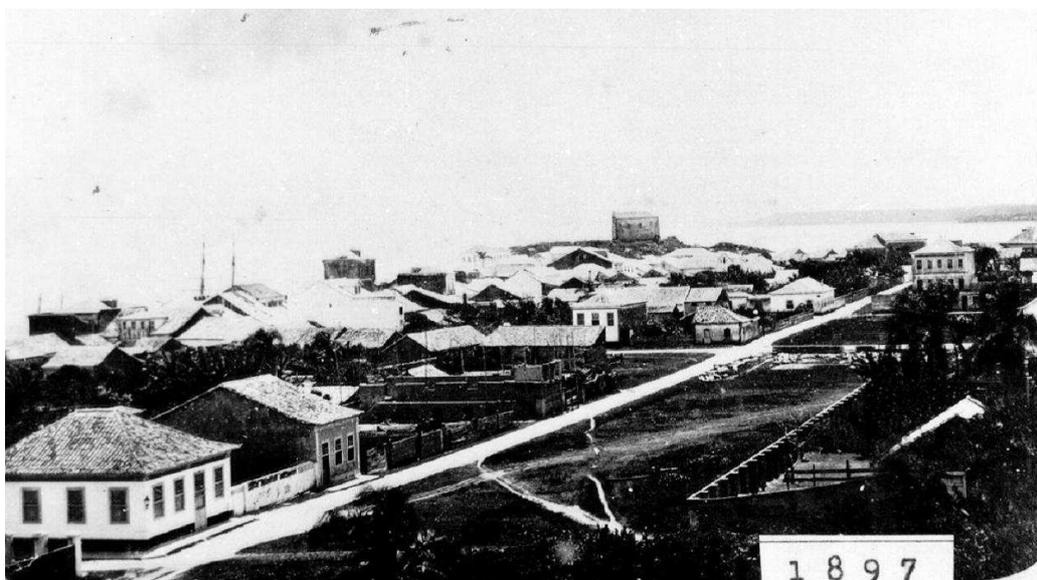
A festa do Rosário descrita por Nail Ulysséa é semelhante às celebrações das confrarias de pretos e pardos narradas na bibliografia sobre o tema. Os estudos que tratam das irmandades brasileiras de Nossa Senhora do Rosário concentram-se no período anterior à abolição e estão pautados, fundamentalmente, nos compromissos, livros e estatutos das confrarias produzidos nos séculos XVIII e XIX<sup>4</sup>. Já os trabalhos que lançam luz sobre estas irmandades no pós-emancipação, em uma perspectiva de longa duração, concentram-se na questão da preservação patrimonial das igrejas dessas confrarias<sup>5</sup>, e nos rituais de um “cristianismo africano” (THORNTON, 2004), representado, principalmente, na congada.

As bibliografias disponíveis sobre a irmandade negra no Brasil situam-na como espaço de controle social da Igreja Católica, mas, também, como territórios de resistência sociocultural. Nas confrarias de pretos e pardos aconteciam rituais tradicionais católicos, mas também festividades étnicas de caráter híbrido. Não há dúvida que as irmandades eram espaços potenciais de invenção e de defesa que possibilitavam encontros de grupos de ascendência africana, escravizados e livres. “A irmandade representava um espaço de relativa autonomia negra, no qual seus membros construía(m) identidades sociais significativas, no interior de um mundo às vezes sufocante e sempre incerto”. (REIS, 1996b, p. 9). As confrarias afrodescendentes resistiam por meio de múltiplos processos de luta e ressignificações da cultura religiosa do colonizador. Elas serviam de espaços de comunhão de

experiências, mas também de território estratégico para a superação da discriminação étnico-racial.

Contudo, a história da Irmandade do Rosário da Laguna, e, conseqüentemente, de sua igreja, permanece ocultada. Os documentos que temos para narrar essa história são escassos: pequenas notas de memorialistas, breves menções em relatórios de vigários, textos tendenciosos publicados em jornais e fotografias. As fontes textuais nos apresentam, basicamente, uma irmandade de escravizados que dispunha de recursos financeiros diminutos e mantinham uma igreja em deplorável estado de conservação, em “ruínas”. Já as imagens fotográficas dão a ver a localização privilegiada da igreja, indicando leituras alternativas. Outros sentidos para a irmandade de Pretos.

#### Vista Geral da Laguna



Fonte: Lucena, 1998, p. 84.

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário aparece ao fundo, no alto do morro.

As fotografias que mostram a Igreja do Rosário são testemunhos imagéticos em dois sentidos. Revelam, por um lado, a existência da edificação, e, por outro, o processo de (in)visibilidade/(in)visualidade de um grupo étnico-racial, excluído dos anais da história local tradicional. Considerando que a igreja começou a ser construída em 1845 e demolida na década de 1930, podemos dizer que, aquele espaço de culto reservado à população afrodescendente, sobreviveu por mais de oitenta anos. Sobrevivência relativamente extensa que não se combina com as escassas informações sobre sua existência.

O ocultamento da igreja na historiografia, nesse caso, parece confirmar a tese da invisibilidade do negro, de sua história e cultura no sul do Brasil. Segundo Ilka Boaventura

Leite: “na literatura científica, o negro é invisibilizado, seja porque não intenciona revelar a efetiva contribuição destes, seja porque os textos vão se deter na sua ausência, na reafirmação de uma suposta inexpressividade”. (1996, p. 40). A atitude de não ver, ou de não problematizar a presença destacada do templo, é prática discursiva repetida em narrativas de memorialistas locais. (ULYSSÉA, 1976; DALL’ABA, 1979; LUCENA, 1998; ULYSSÉA, 2002). A invisibilidade de africanos e afrodescendentes na historiografia catarinense tem origem, segundo Beatriz Mamigonian (2006), nos discursos de Oswaldo Cabral e Walter Piazza, mas também se deve aos textos de intelectuais da academia, como Fernando Henrique Cardoso, que afirmou a presença diminuta e insignificante de africanos escravizados e descendentes na Ilha de Santa Catarina e litoral adjacente. Isso se justificaria pelo tipo de economia do Sul, menos importante que a das regiões agroexportadoras do Sudeste e Nordeste.

A fotografia que apresenta a Igreja da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, é, portanto, suporte privilegiado de acesso a uma história invisibilizada. A Igreja do Rosário é o *punctum* da imagem, um “extracampo sutil”, que lança “o desejo para além daquilo que ela dá a ver”. (BARTHES, 1984, p. 89). Impulsiona-nos a desvendar uma história silenciada. A igreja no alto do morro atrai e punge o espectador. A diferença entre a presença imponente da edificação na fotografia e a as diminutas e estereotipadas narrativas textuais causam uma sensação de inquietude. A pesquisa nasce da reflexão, mas também do sentido, do sentimento, que envolve um processo histórico, político e social de ocultamento. O templo escapa da imagem da vista geral da cidade. Ele é um elemento, assim como as “múltiplas ruas, inúmeros acontecimentos, diferentes imagens que escapam de uma mesma foto”. (FOUCAULT, 2009, p. 353). A potência da imagem está na Igreja. Elementos que “vêm do fundo do espaço, e pela propulsão de uma força obscura conseguem jorrar de uma única foto, para divergir em quadros diferentes em que cada um, por sua vez, poderia produzir uma nova série, uma nova dispersão dos acontecimentos”. (Idem). A imagem fotográfica que revela o Rosário serve de referência e fonte para um mapeamento dos territórios afrodescendentes da cidade. A fotografia não é apenas índice, é antes denúncia da prática de apagamento da memória; sua potencialidade está em acusar (pois ela “nos olha”) o exercício repetitivo das práticas de (in)visibilidade. É um meio para uma leitura do passado que o texto não conta. O prédio acinzentado que fincava os alicerces acima dos telhados alvos da cidade, não seria ele um objeto “aurático” de que nos fala Benjamin (1987, 1994) e Didi-Huberman (1998)? A

fotografia desse templo, enquanto “experiência aurática”, não suscitaria múltiplas memórias e histórias ressonantes da escravização africana e do racismo?

Uma das primeiras referências ao templo do Rosário da Laguna está em um relato de viagem que Robert Avé-Lalleman fez em 1858: “Numa eminência, no extremo da pequena cidade, eleva-se para o céu, uma igreja meio construída”. (1980, p. 35). A aparência de um prédio “meio construído” parece atestar a situação financeira e a dificuldade da irmandade em angariar fundos para sua construção e manutenção. A edificação foi demorada. Em 1879, sob a supervisão do tesoureiro João Fortunato José da Silva, ainda eram realizadas obras para finalização da igreja<sup>6</sup>. No ano de 1892, o padre Carlos José Leopoldo Boegershausen, em visita à Comarca da Laguna, apontou o risco de esboroamento do templo devido à erosão do lado sul do morro; no entanto, frisou que o seu interior era “adequado ao exercício do culto, apenas faltando pintar o trono a óleo”<sup>7</sup>. A igreja foi construída em estilo colonial português, “com muito sacrifício dos pretos.” (ULYSSEÁ, 1976, p. 182).

Segundo Russel-Wood (2005, p. 228), a construção de igrejas para as irmandades, nos séculos XVIII e XIX, melhorava a aparência e servia de dispositivo de barganha para o aparelhamento das vilas, possibilitando que as Câmaras Municipais reivindicassem privilégios e buscassem, inclusive, a promoção de uma vila à condição de cidade. Isso explicaria, além de sua imponência na paisagem citadina, certa centralidade na visualidade da Igreja do Morro do Rosário, já que ali era o lugar de origem da transladação da imagem do Senhor Bom Jesus dos Passos, que acontecia no final do mês de março ou começo de abril. A procissão percorria a Rua da Praia (atual Rua Gustavo Richard), principal via da cidade, e findava na Igreja Matriz Santo Antônio dos Anjos. Notas no jornal *A Verdade* pediam aos fiéis “tomarem suas opas” e “auxiliarem em tudo mais que for *mister* para que haja sempre o maior esplendor e decência em uma tão importante solenidade”<sup>8</sup>.

A centralidade da visualidade da Igreja do Rosário vai se esvaindo até o rompimento do trajeto da transladação, saindo do Rosário em 1885. A alteração do percurso da transladação está entre os principais acontecimentos que marcaram o declínio da Irmandade do Rosário. Refazer o percurso da mais importante procissão da cidade parece uma forma de limitar a participação daquela confraria nos eventos públicos, pois era a própria vida social e política das irmandades religiosas que se dava por meio das “procissões, festas sagradas, danças e divertimentos”. (KARASCH, 2000, p. 395). A partir de maio de 1885, a marcha solene do Senhor dos Passos saía da Igreja Matriz, passando pelas ruas Conselheiro Jeronymo, Praia, Voluntários Benevides e Voluntários Carpes, até chegar ao altar da Capela

do Hospital de Caridade<sup>9</sup>. A substituição do local de saída da procissão foi tratada como um acontecimento “memorável” no jornal *A Verdade*.

A modificação do trajeto solene da imagem do *Senhor dos Passos*, está situada no contexto de romanização da Igreja Católica (SERPA, 1993), e das obras realizadas nos centros das cidades na Primeira República. As cidades brasileiras foram marcadas, no começo do século XX, por uma série de “melhoramentos” urbanos. Desejava-se reconstruir as cidades, torná-las mais modernas e menos coloniais. Engenheiros e arquitetos tinham como referência de metrópole moderna a cidade de Paris, reformada no governo de George-Eugène Haussmann (1853-1870). O processo de “haussmanização” relaciona-se com as políticas públicas de higienização e estetização da paisagem urbana. (PESAVENTO, 1999). A destruição de cortiços, as obras de canalização das águas, o ajardinamento das praças públicas e a aplicação de uma série de códigos de posturas que buscavam forjar corpos saudáveis e ordeiros, foram algumas das principais consequências, sociais e urbanísticas, dos melhoramentos urbanos.

Podemos supor, então, que colocar abaixo o templo do Rosário faria parte do “progresso” estético de modernização praticado na Laguna<sup>10</sup>. A ideologia da higienização que justificava a reforma urbana, segundo Sidney Chalhoub, era “um conjunto de princípios que, estando destinados a conduzir o país ao ‘verdadeiro’, à ‘civilização’, implicam a despolitização da realidade histórica, a legitimação apriorística das decisões quanto às políticas públicas a serem aplicadas no meio urbano.” (1996, p. 35). O endereço da Igreja do Rosário: Rua do Potreiro, lado direito, número 1, foi um dos lugares da cidade considerados insalubres. Por isso, segundo o jornal *A Palavra*, caberia ao Poder Público tomar providências para higienizar, modernizar e embelezar o referido logradouro, assim como fez com a “vala” da Carioca. Conter os odores “infectados” significava, desde o século XVIII, evitar doenças transmitidas pelos miasmas emanados de corpos em putrefação. (SENNETT, 2003). O medo do contágio, a repulsa aos odores e a aversão à pobreza começavam a fazer parte dos sentimentos de homens e mulheres.

A rua do Potreiro, uma das mais frequentadas, apresentando um aspecto verdadeiramente encantador – o mar banhando suavemente a sua orla – e no entanto é a mais infectada pela parte higiênica! Terrível decepção! Acumulada de imundices exalando um perfume capaz de entorpecer. [...] À noite temos lampiões em abundância, ali (na vala da Carioca) vai tudo em progresso, e a rua do Potreiro em completa decadência, acumulada de nojentos excrementos. Triste decepção!<sup>11</sup>.

No começo do século vinte foi posta em prática, nos periódicos locais, uma campanha pela demolição da Igreja do Rosário, com a justificativa de que ela atentaria contra uma concepção moderna de estética urbana.

Qualquer forasteiro que aporte à Laguna, quer por via férrea, quer por via marítima, tem logo seu espírito de observador solicitado por uma construção, que pela elevada posição topográfica em que se acha, e que pelo simbolismo religioso que reflete, deveria aparecer com outro aspecto e presença; e, não com a franca ruína e verdadeiro abandono que demonstra.

Referimo-nos ao pequeno templo do Rosário que se ergue sobre o pequeno monte no extremo norte de nossa cidade e com a mesma denominação.

Sabemos todos que o referido templo ora em ruínas pertence à irmandade do Rosário, que, achamos, deveria congregar esforços e até solicitar o apoio público a fim de não consentir nunca que uma construção daquelas, que tanto trabalho e dedicação exigiu, ficasse como se acha atualmente; em estado de puro abandono.

Ora, daqui apelamos para o espírito religioso dos irmãos do Rosário, que sendo, em sua maioria, operários, poderão com um pouco de esforço restaurar um templo, que pela atração que atrai dos nossos visitantes, assim como se acha, torna-se não só um flagrante espelho da nossa decadência religiosa, como da muita falta de amor à estética da nossa cidade<sup>12</sup>.

Textos publicados no jornal *O Albor* sugeriam a demolição da Igreja do Rosário, uma vez que sua estrutura “em ruínas” poderia desabar sobre as residências vizinhas. O jornal propunha, inclusive, uma compensação à comunidade católica do Rosário: a construção de uma igreja em louvor a Nossa Senhora dos Navegantes em bairro mais afastado do centro da cidade.

Ora, de oito contos de réis a Irmandade do Rosário não pode dispor nem os conseguirá para segurar as paredes da abandonada capela, cujo interior está ainda por concluir-se, e cuja coberta parece que ruirá dentro em pouco. [...]

Não sendo possível, pois, a execução da muralha e consecutivamente das outras obras necessárias para o seu templo entregue ao culto a que se destina, torna-se infelizmente urgente a demolição da Capela do Rosário<sup>13</sup>.

No entanto, alguns irmãos formaram uma comissão para angariar fundos e reformar a igreja, numa ação de resistência contra as tentativas de desmonte do templo<sup>14</sup>. Foram, inclusive, encenadas as peças: *Helena* e *Quase Ministri*, de Horácio Nunes Pires, com esse intuito<sup>15</sup>. Nas pesquisas em periódicos que circularam em Laguna entre 1881 e 1935, não pudemos confirmar se a reforma foi realizada, mas ficou claro que houve uma série de mobilizações lideradas pelo tesoureiro da confraria, Manoel Alano Fernandes Lima<sup>16</sup>, para a preservação do templo.

A igreja, segundo Nail Ulysséa (1976), teria sido demolida em 1933. Em pesquisas nos jornais que circularam em Laguna, naquele ano, não encontramos nenhuma informação sobre a demolição do templo<sup>17</sup>. Dall’Alba (1979, p. 117), ao apresentar uma fotografia da

fachada da Igreja do Rosário, datada de 1927, informa que ela teria vindo abaixo na década de 1940. No entanto, uma comparação entre imagens fotográficas da vista geral da área central de Laguna, uma feita em 1920 e a outra na década de 1930, indicam que nos anos trinta do século XX, a igreja não existia mais. (LUCENA, 1998).

Caso ampliássemos nosso foco de análise do micro para o macro, veríamos que os conflitos político-religiosos ocorridos em Laguna também se fizeram presentes em outras cidades brasileiras. Com o advento da República, no Brasil, houve um declínio das irmandades de negros, que podemos medir no processo de destruição das igrejas das Irmandades de Nossa Senhora do Rosário em diferentes cidades brasileiras. Na década de 1920 foram demolidas as Igrejas do Rosário em Uberaba (MG) e João Pessoa. Nos anos 1930 foram destruídos os templos nas cidades de Curitiba, Guarulhos, Penha (SP), Guaratinguetá (SP), Goiás e Campina Grande (PB). A de Porto Alegre caiu no ano de 1940, e a Igreja de Campinas (SP), em 1956. Entendemos que o processo de demolição desses templos envolve práticas e discursos de apagamento das formas coletivas de organização e mobilização dos grupos afrodescendentes. A destruição das igrejas das irmandades de negros são indícios da marcha da romanização da Igreja Católica, assim como parte da política de reforma urbana que tomou corpo na primeira metade do século passado. As Igrejas do Rosário de muitas das cidades citadas acima foram reconstruídas e tombadas como patrimônio histórico.

Porém, diferentemente do que aconteceu em outras cidades, em Laguna, o morro do Rosário foi vendido em 1941, por cinco contos de réis, para João de Oliveira. Este vinha, desde 1939, ocupando aquele local e erguendo casas, segundo o padre Bernardo Philippi: “sem licença alguma”. A ocupação do terreno da Irmandade do Rosário foi sistematicamente denunciada por esse pároco, então vigário da Paróquia de Santo Antônio dos Anjos, por meio de cartas endereçadas ao Vigário-Geral, Frei Evaristo Schuermann e ao arcebispo de Florianópolis, Dom Joaquim Domingues de Oliveira. Ao primeiro, o padre Philippi relatou:

Vendo que o sr. Dr. João de Oliveira começou a trabalhar, aplainar a chapada do Morro de Nossa Senhora do Rosário, falei a ele e tive por resposta, que fazia a bem da Irmandade e a bem dele mesmo, pois construiu casas, em meio do morro, que como me disse o sr. Prefeito Municipal já estão no terreno da Irmandade, descritos na escritura, de que mandei extrair cópia fiel, e remeto junto. Dizem, não tenho certeza, que o dito sr. mostrou planta e pretende construir na chapada. Esta Irmandade está por assim dizer morta. Tem pouco de dinheiro, não tem personalidade jurídica, não se reúnem, por muitas vezes pretendi fazer a festa para animar, mas não se reage<sup>18</sup>.

A resposta de Evaristo Schuermann foi redigida por um procurador (que não se identifica), pois o mesmo estaria em tratamento de saúde no Rio de Janeiro. Para o representante de Frei Evaristo, o plano de Bernardo Philippi em agir contra a invasão por meio da Irmandade de Santo Antônio, “habilitada por uma procuração da Irmandade do Rosário” não pareceu acertada, pois “a Irmandade (do Rosário) não tem personalidade jurídica”<sup>19</sup>. O procurador recomendou, então, que se convencesse o invasor a se retirar, amigavelmente, e, caso não houvesse sucesso, cogitou que fosse efetivada a venda da propriedade da Irmandade do Rosário para o próprio invasor, o senhor João de Oliveira. A ocupação irregular não foi refreada pela Prefeitura, tampouco pela Igreja ou mesmo pelos irmãos do Rosário. A venda do morro foi regulamentada no dia 2 de setembro de 1941.

Aos dezessete dias do mês de agosto de mil novecentos e quarenta e um, no edifício de S. Vicente, reuniram-se os irmãos de N. S. do Rosário sob a presidência do reverendo Vigário Padre Bernardo Philippi, que, depois de fazer as orações à Virgem do Rosário abriu a sessão, levando ao conhecimento de todos os presentes que o fim era para efetuar a venda do morro de Nossa Senhora do Rosário, para o Dr. João de Oliveira, pela quantia de cinco contos de réis, não podendo obter mais, em vista de ele verdadeiramente estar de posse, ficando o Vigário encarregado de receber o dinheiro, e passar o recibo segundo ele propôs, para evitar despesas, sendo, a cuja importância de cinco contos para a compra de um terreno no Campo de Fora, pertencente ao Asilo, na direção de D. Joanna Mussi, cujo terreno já entrou em entendimento [...]”<sup>20</sup>.

É importante ressaltar que a compra do terreno pertencente ao Asilo não aconteceu. É bem provável que o terreno custasse mais que os cinco contos arrecadados. A Igreja cogitou, em tal caso, a compra de outro terreno no Campo de Fora. Também havia interesse do poder municipal em assentar os herdeiros do Rosário em um espaço mais distante do centro da cidade, pois a presença de uma nova igreja beneficiaria o bairro de periferia. Segundo o padre Philippi: “o Prefeito ficou bem impressionado com a ideia para melhorar e sanear essa parte do arrabalde em questão”<sup>21</sup>. Por outro lado, houve resistência da comissão encarregada da aquisição, formada provavelmente por irmãos do Rosário, uma vez que o lote visado estaria localizado em “lugar pobre” e área de “charco”.

Com o crescimento populacional da cidade nas décadas de 1940 e 50, surgiram novos bairros contíguos ao Campo de Fora, como o Areal e a Roseta (hoje incorporados ao Bairro Progresso<sup>22</sup>). Nesses bairros se assentaram inicialmente famílias pobres e negras; em seguida chegaram famílias de operários “pequenos trabalhadores do serviço público municipal, portuários e ferroviários”. (REIS, 1996b, p. 79). Segundo Aloísio dos Reis, foi justamente na

Igreja Nossa Senhora Auxiliadora, situada no Bairro da Roseta, que foram parar os despojos da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, incluindo a própria Santa. (Idem, p. 80).

Por fim, ao perseguir o *punctum* de uma imagem fotográfica da paisagem urbana da Laguna, ou, mais precisamente, a igreja de uma importante irmandade de africanos e afrodescendentes, apresentamos uma leitura sobre a (in)visibilidade e a destruição da igreja (dos pretos e pardos). Não dispondo de documentos produzidos em vida pelos irmãos do Rosário, nos lançamos ao desafio de compreender, a partir de poucos indícios históricos, o processo de declínio e morte daquela edificação. No entanto, a destruição da igreja não significou o fim do associativismo negro. Como uma fênix, outras sociedades baseadas em laços de parentesco e de raça surgiram na Laguna no período do pós-abolição, com destaque para a *Sociedade Recreativa União Operária* (1903) e o *Clube Literário Cruz e Souza* (1906), assim como o bloco carnavalesco *Brinca Quem Pode* (1947), agremiações que possuem, de alguma forma, ligações ancestrais com o povo do Rosário.

## REFERÊNCIAS

- AMARAL, Raul J. **Os pretos do Rosário de São Paulo**: subsídios históricos. São Paulo: Alauco, 1953.
- ARAÚJO, José de Souza Pizarro e. **Memórias históricas do Rio de Janeiro**, v. 9. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.
- AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo** (1858). Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.
- BARTHES, Roland. **A câmara clara**: nota sobre a fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: **Obras escolhidas I**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- \_\_\_\_\_. Pequena história da fotografia. In: BENJAMIN, W. **Obras escolhidas**: magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história cultural. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BORGES, Célia M. **Escravos e libertos nas Irmandades do Rosário**: devoção e solidariedade em Minas Gerais, séculos XVIII e XIX. Juiz de Fora, MG: Ed. da UFJF, 2005.
- CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

- DALL'ABA, João Leonir. **Laguna antes de 1880**: documentário. Florianópolis: Lunardelli, 1979.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. **O que vemos, o que nos olha**. São Paulo: Ed. 34, 1998.
- FOUCAULT, Michel. A pintura fotogênica. In: MOTTA, Manoel B. da. (Org.). **Michel Foucault. Estética**: literatura e pintura, música e cinema. Ditos e escritos III. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer História com imagens: arte e cultura visual. In: **ArtCultura**, Uberlândia, v. 8, n. 12, p. 97-115, jan.-jun., 2006.
- LEITE, Ilka B. (Org.). **Negros do Sul do Brasil**: invisibilidade e territorialidade. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.
- LUCENA, Liliane M. F. de. **Laguna de ontem a hoje**: espaços públicos e vida urbana. 1998. Dissertação de mestrado em geografia. Universidade Federal de Santa Catarina.
- MAMIGONIAN, Beatriz G. Africanos em Santa Catarina: escravidão e liberdade étnica (1750-1850). In: FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; JUCÁ, Antônio C.; CAMPOS, Adriana (Org.). **Nas rotas do império**: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português. Vitória: Edufes; Lisboa: IICT, 2006.
- MELLO E SOUZA, Marina. **Reis negros no Brasil escravista**: história da festa de coroação de rei Congo. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2002.
- MENESES, Ulpiano T. B. de. Fontes visuais, cultura visual, história visual. Balanços provisórios, propostas cautelares. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 23, n. 45, 2003.
- PESAVENTO, Sandra J. **O imaginário da cidade**: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999.
- QUINTÃO, Antonia A. **Irmandades negras**: outro espaço de luta e resistência. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002.
- REIS, Aloísio L. dos. **Brinca quem pode**: territorialidade e (in)visibilidade negra em Laguna, Santa Catarina. Dissertação de mestrado em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1996a.
- REIS, João J. Identidade e diversidade étnica nas irmandades negras no tempo da escravidão. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1996b.
- RUSSELL-WOOD, A. J. R. **Escravos e libertos no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- SCARANO, Julita. **Devoção e escravidão**: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1975.

SENNETT, Richard. **Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental**, 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SERPA, Élio C. **Igreja, elites dirigentes e catolicismo popular em Desterro/Florianópolis, Laguna e Lages (1889-1920)**. Tese de doutorado em História Social, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1993.

SOARES, Mariza de C. **Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SOARES, Mariza de C. Política sem cidadania: eleições nas irmandades de homens pretos, século XVIII. In: CARVALHO, José M.; CAMPOS, Adriana P. **Perspectivas da cidadania no Brasil Imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

THORNTON, John. **A África e os africanos na formação do mundo Atlântico – 1400-1800**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

ULYSSÉA, Nail. Três séculos na Matriz de Santo Antônio dos Anjos da Laguna. In: **Santo Antônio dos Anjos da Laguna: seus valores históricos e humanos**. Publicação comemorativa da passagem do seu tricentenário de fundação. Florianópolis: IOESC, 1976.

ULYSSÉA, Ruben. **Laguna: memória histórica**. Brasília: Letra Ativa, 2002.

<sup>1</sup> Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutor em História, bolsista de pós-doutorado PNPd/CAPES – [thiagosayon@gmail.com](mailto:thiagosayon@gmail.com)

<sup>2</sup> Arquivo Histórico Eclesiástico da Arquidiocese de Florianópolis - Pasta 219 – Diocese de Tubarão – Laguna – Irmandades – Irmandade de N. Sra. do Rosário. Doc. 15b.

<sup>3</sup> Arquivo Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro/Série de Visita Pastoral. Notação: VP-11.

<sup>4</sup> Amaral (1953); Scarano (1975); Reis (1996b); Soares (2000); Mello e Souza (2002); Quintão (2002); Russell-Wood (2005); Borges (2005); Malavota (2011); Soares (2011).

<sup>5</sup> Ver: Danta, Sandra M. Entre sete colinas. História e memória na configuração do patrimônio de Uberaba. In: **Revista de História Regional**, n. 18 (1), p. 224-238, 2013. DIAS, Roberto B. “*Deus a pátria*”: Igreja e Estado no processo de romanização na Paraíba (1894-1930). Dissertação de mestrado em História, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2008. PASCHOALIN, Thais H.; BODSTEIN, Celso L. F. Pirâmide invertida: o cotidiano no centro de Campinas. **Anais do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Natal, 1 a 6 de set. de 2008. Disponível em: < <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/expocom/EXP-3-0298-1.pdf> >. Acesso em 21 de fev. de 2015. ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei**. Legislação, política urbana e território na cidade de São Paulo. São Paulo: Nobel: Fapesp, 1997. SOUSA, Fábio G. R. B. de. Campina Grande: cartografias de uma reforma urbana no nordeste do Brasil (1930-1945). In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 23, n. 46, p. 61-92, 2003. TANCCINI, Thaís. **Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Porto Alegre: entre a destruição e a preservação patrimonial**. Porto Alegre, 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. TOLEDO, Benedito L. **São Paulo: três cidades em um século**. São Paulo: Duas Cidades, 1983.

<sup>6</sup> *O Município*, a. 2, n. 43, 06 de maio de 1879.

<sup>7</sup> Arquivo Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro/Série de Visita Pastoral. Notação: VP-36.

<sup>8</sup> *A Verdade*, 06 de março de 1881.

<sup>9</sup> “Em virtude da autorização de S. Ex. Sr. Bispo Diocesano, se faz público que, na noite de 06 de agosto, pelas 7 horas, terá lugar a imponente cerimônia da transladação da Venerada Imagem do Sr. Bom Jesus dos Passos da Igreja Matriz, para o altar da capela deste hospital, estando o edifício, durante o dia, aberto à visitação pública”. *A Verdade*, 02 de agosto de 1885.

<sup>10</sup> A paisagem urbana da Laguna era composta, no começo do século XX, por portos, trapiches e cerca de mil prédios, entre edifícios públicos e residências particulares. Em 1900, o município lagunense contava com 16.471 habitantes; em 1920 esse número salta para 27.573. No censo demográfico de 1940, em que aparece a indicação de cor da população, constam 30.728 brancos e 2.489 pretos e pardos.

<sup>11</sup> *A Palavra*, a. 1, n. 3, 21 de out. de 1906.

<sup>12</sup> *O Albor*, n. 923, 25 de set. de 1921.

<sup>13</sup> *O Albor*, a. 3, n. 50, 24 de set. de 2003.

<sup>14</sup> O grupo incumbido de tal missão era formado por: Manuel Alano Fernandes Lima, Thomaz Norberto de Freitas, Leopoldo Francisco Maria, Lucidonio Muchocho e Marcos Teixeira. *O Albor*, 10 de dez. de 1905.

<sup>15</sup> *O Albor*, a. 3, n. 76, 25 de março de 1904.

<sup>16</sup> Manuel Alano Fernandes Lima (1845-1923), quando nasceu, não tinha sobrenome. Ele nasceu na condição de escravo, em Aratingaúba, zona rural pertencente à paróquia de Imaruí, uma das comarcas de Santo Antônio dos Anjos da Laguna. Participou com destaque da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. Ao longo de sua vida adotou sobrenome e conquistou prestígio; tornou-se alfaiate e comerciante, proprietário de casa de secos e molhados e de alfaiataria. O estudo da trajetória de Manoel faz parte de minhas pesquisas sobre as dinâmicas associativas de afrodescendentes em agremiações de caráter étnico-racial.

<sup>17</sup> *O Albor, Correio do Sul e A Razão*.

<sup>18</sup> Carta de Bernardo Philippi para Frei Evaristo Schuermann, 22 de maio de 1939. Arquivo Histórico Eclesiástico da Arquidiocese de Florianópolis – Pasta 219 – Diocese de Tubarão – Laguna – Irmandades – Irmandade de N. Sra. do Rosário. Doc. 18.

<sup>19</sup> Carta endereçada ao padre Bernardo Philippi, escrita no dia 14 de junho de 1939. Arquivo Histórico Eclesiástico da Arquidiocese de Florianópolis – Pasta 219 – Diocese de Tubarão – Laguna – Irmandades – Irmandade de N. Sra. do Rosário. Doc. 20.

<sup>20</sup> Termo de resolução da venda do terreno pertencente à Irmandade de N. S. do Rosário, 27 de maio de 1941. Assinaram o documento: o padre Bernardo Philippi e os irmãos do Rosário: Antônio Felisberto da Rosa (tesoureiro), João Augusto de Carvalho (secretário), Manoel Bento, Sezino Galbino, João Basílio Silva e Manoel Marcelino Netto. Fonte: Arquivo Histórico Eclesiástico da Arquidiocese de Florianópolis – Pasta 219 – Diocese de Tubarão – Laguna – Irmandades – Irmandade de N. Sra. do Rosário.

<sup>21</sup> Carta de Bernardo Philippi para o Vigário Geral de Florianópolis, Harry Bauer, escrita no dia 8 de janeiro de 1945. Arquivo Histórico Eclesiástico da Arquidiocese de Florianópolis – Pasta 219 – Diocese de Tubarão – Laguna – Irmandades – Irmandade de N. Sra. do Rosário. Doc. 5.

<sup>22</sup> A partir da Lei 8/67, de 16 de maio de 1967, o Bairro Progresso incorporou os seguintes núcleos residenciais periféricos: Areal, Roseta, Pêra e Parque Industrial, sendo o Bairro da Roseta o de maior concentração populacional. (REIS, 1996b, p. 103).